

A produção de alimentos para autoconsumo na região Oeste Catarinense

Rosana Maria Badalotti¹
Clóvis Dorigon²
Cristiano Nunes Nesi³
Cristiane Tonezer⁴
Juliano Luiz Fossá⁵
Luiz Gustavo S. Cortelini⁶

Resumo

Este artigo é resultado do diálogo entre duas pesquisas de naturezas metodológicas diferentes realizadas na região Oeste Catarinense sobre a produção de alimentos para autoconsumo. Dada a crescente relevância socioeconômica e acadêmica do tema, instituições e pesquisadores da região tem realizado parcerias para obter conhecimentos e informações básicas a respeito da temática. O objetivo deste texto é analisar a importância socioeconômica da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste Catarinense. Este estudo se caracteriza como qualitativo, com análise de dados quantitativos acerca do autoconsumo. A importância que este tipo de produção possui para o *ethos* cultural e reprodução social da agricultura familiar se revela em dados e informações relacionados à segurança alimentar, gênero e biodiversidade doméstica. A produção de alimentos para o autoconsumo identificada se caracteriza como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta, incluindo-se também a produção de plantas medicinais. Segundo a percepção dos agricultores, somados os valores médios que estimam economizar com a produção para o autoconsumo, se tivessem que comprar os alimentos, obteve-se o valor de R\$ 1.227,72 mensais. Não ocorre diferenciação entre o que se consome e o que se comercializa em cadeias curtas, a exemplo da batata-doce, mandioca, amendoim, pipoca, milho verde, feijão. A transferência ou doação de alimentos se estende para os filhos casados que residem na mesma área de terra dos pais, em outras unidades do meio rural, filhos casados e solteiros que residem no meio urbano, parentes e vizinhos.

Palavras-chave: autoconsumo; alimentos; agricultura familiar.

Abstract

This article is the result of the dialogue between two research of different methodological natures carried out in the western region of Santa Catarina on the production of food for self-consumption. Given the growing socioeconomic and academic relevance of the theme, institutions and researchers in the region have been partnering to obtain knowledge and basic information on the subject. The purpose of this paper is to analyze the socioeconomic importance of food production for self-consumption in the western region of Santa Catarina. The importance of this type of production for the cultural ethos and social reproduction of family farming is revealed in data and

¹ Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

² Doutor em Engenharia de Produção (UFRRJ). Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). E-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br

³ Doutor em Agronomia (UFPR). Professor no Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Produção Animal da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). <https://orcid.org/0000-0002-8642-3236> . E-mail: cristiano@epagri.sc.gov.br

⁴ Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: tonezer@unochapeco.edu.br

⁵ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Técnico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). E-mail: j.fossa@unochapeco.edu.br

⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: luis cortelini@unochapeco.edu.br

information related to food security, gender and domestic biodiversity. The food production for self-consumption identified is characterized as part of the animal, vegetable and home processing produced by and consumed by the family, including the production of medicinal plants. According to the farmers' perception, adding the average values that they estimate to save with the production for self-consumption, if they had to buy the food, the value of R\$ 1,227.72 per month was obtained. There is no differentiation between what is consumed and what is sold in short chains, such as sweet potato, cassava, peanuts, popcorn, green corn, beans. The transfer or donation of food extends to married children residing in the same land area as their parents, in other rural units, married and single children residing in urban areas, relatives and neighbors.

Keywords: self-consumption; foods; family farming.

1 Introdução

Este artigo é resultado do diálogo entre duas pesquisas de naturezas metodológicas diferentes realizadas na região Oeste Catarinense sobre a produção de alimentos para autoconsumo¹. Dada a crescente relevância socioeconômica e acadêmica do tema, instituições e pesquisadores da região tem realizado parcerias para obter conhecimentos e informações básicas a respeito da temática na região.

Na região Oeste Catarinense, a problemática da produção de alimentos para autoconsumo não ocupava lugar de destaque nas pesquisas acadêmicas e ações de extensão rural. Mais recentemente têm se caracterizado como relevante do ponto de vista acadêmico, social, cultural e ambiental, caracterizando importante tema nas agendas de pesquisa e extensão de instituições da região. Neste sentido, projetos e espaços de diálogo e socialização vêm sendo construídos desde 2018, ações estas que tem contribuído para o aprofundamento da discussão sobre o tema, resultando em vários produtos de natureza acadêmica e inserção junto à sociedade tais como: realização de eventos, participação e apresentação de trabalhos em eventos, elaboração e submissão de artigos para periódicos qualificados.

A produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste Catarinense está associada à policultura que historicamente faz parte, dos sistemas agrícolas locais e regionais, os quais associam lavouras e criação animal (suínos e aves). Por outro lado, a matéria prima de origem animal produzida por unidades de produção familiar a partir dos anos 70 passa a abastecer as grandes indústrias agroalimentares.

A presença na região de um grande complexo agroalimentar tornou a região reconhecida nacional e internacionalmente como importante produtora de derivados de proteína animal. A

¹Este texto é resultado de estudo vinculado a Grupo de pesquisa do CNPq denominado Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento Rural. A pesquisa encerrou em julho de 2019 e contou com apoio financeiro e bolsista junto a Edital 035/Reitoria/2018 da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

consolidação desse complexo agroalimentar implicou “na introdução massiva de tecnologias e de mudanças organizacionais, em especial, dos contratos de integração entre indústrias agroalimentares e agricultores”, relação esta que tem interferido na autonomia deles. (DORIGON; NESI, TONEZER, HAAG, 2018, p.2)

As empresas agroalimentares se originaram e se consolidaram tendo por base uma agricultura familiar dinâmica constituída por uma diversificação produtiva que representa 90% dos estabelecimentos rurais da região, cuja área média é de 16 hectares (IBGE, 2007apud DORIGON; NESI, TONEZER, HAAG, 2018, p.2)

Por outro lado, essa mesma agricultura familiar tem sido protagonista em conhecimentos tradicionais sobre a produção e processamento artesanal de alimentos. Embora a produção primária seja predominantemente voltada aos mercados convencionais, a mesma ainda coexiste com a produção de alimentos para autoconsumo, o que justifica a crescente relevância de agendas acadêmicas e sociais com a segurança alimentar e nutricional, o combate à pobreza rural, o fortalecimento dos circuitos curtos de mercado, a questão ambiental e agrobiodiversidade recolocando a importância do tema da produção de alimentos para o autoconsumo. (MALUF E MENEZES, 2004; GRISA, 2007; DIGARD, 2012; HAVERROTH, 2012).

Este artigo possui como objetivo analisar a importância socioeconômica da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste Catarinense. O texto está estruturado nas seguintes sessões: revisão teórica, materiais e métodos, resultados e discussão e considerações finais. No item resultados e discussão, apresentamos inicialmente as características básicas da estrutura socioeconômica da região Oeste Catarinense para demonstrar sobre a importância da produção para o autoconsumo na dinâmica do campesinato e agricultura familiar da região, mesmo configurando nacionalmente como produtora de alimentos, principalmente para grandes empresas agroalimentares. Em seguida caracterizamos o universo investigado e por fim, apresentamos dados e reflexões que evidenciam sobre a importância socioeconômica da produção para o autoconsumo, dialogando sobre dados obtidos na mesorregião do Oeste Catarinense, microrregião de Chapecó e, como estudo de caso, o município de Guatambu.

2 Produção para autoconsumo

Em relação a definição de autoconsumo, correntemente são utilizadas diversas denominações por técnicos, extensionistas e agricultores, muitas vezes como se fossem

sinônimos: produção de subsistência, autoabastecimento, produção para o consumo familiar, produção de miudezas, produção “pro gasto”, entre outras. No meio acadêmico, o termo adotado é o de autoconsumo.

Autores como Grisa, Gazolla e Schneider (2010) definem o autoconsumo como sendo a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, como o cultivo de alimentos (horta, pomar, criação de animais, etc.) e dos animais presentes no estabelecimento, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o processo produtivo (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010, p. 66).

Lovisoló (1989), por sua vez, salienta que não são características ou quantidades que definem o autoconsumo, mas sim a lógica que orientou a produção. Portanto, a definição do que se entende por produção para o autoconsumo depende do recorte definido pelo pesquisador.

Ao analisar os dados do censo do IBGE de 2006 relativos ao autoconsumo, Grisa, Schneider e Conterato (2013) observam as condições econômicas, sociais e produtivas dos estabelecimentos familiares, suas diferentes estratégias de reprodução social e regionais a respeito do tema. Os autores argumentam que até recentemente a produção para o autoconsumo era entendida, no campo institucional e político, como o resíduo do passado, associado ao atraso, ou de práticas avessas à modernização. Entretanto, a partir dos anos 2000, pesquisadores brasileiros retomaram o debate a respeito do autoconsumo segundo uma tradição recontextualizada, a qual poderia cumprir vários papéis e funções no meio rural contemporâneo.

Grisa, Schneider e Conterato (2013) analisam os papéis desempenhados pela produção para o autoconsumo, destacando seis funções: i) manter a alimentação sobre o controle da unidade familiar, o que contribui para a segurança alimentar; ii) diversificar os meios de vida; iii) economizar recursos e potencializar o uso de força de trabalho e da terra; iv) restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza; v) promover a sociabilidade; vi) contribuir com a identidade social.

No que se refere a produção para o autoconsumo, segurança alimentar, gênero e biodiversidade doméstica, estudos recentes (MALUF, 2001; MALUF, 2004; GAZOLLA, 2004; GRISA, 2007; MENASCHE, 2007; MENASCHE, MARQUES E ZANETTI, 2008; ZANETTI E MENASCHE, 2007, GRISA, SCHNEIDER & CONTERATO, 2013), dentre outros apontam a relevância do autoconsumo para a segurança alimentar e nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, quantidade suficiente, sem comprometer

o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Segundo Maluf e Menezes (2004), três princípios fundamentais norteiam a segurança alimentar, quais sejam, a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de componentes químicos que possam lesar a saúde orgânica; os hábitos e cultura alimentar específicos de cada comunidade, de cada grupo social e; a sustentabilidade do sistema agroalimentar.

Grisa (2007) descreve uma série de atributos relativos ao autoconsumo, dentre eles, a diminuição da dependência da família às relações de mercado e a segurança alimentar. Relacionados aos dois primeiros, estão a diminuição da vulnerabilidade e a melhor utilização e potencialização dos recursos da propriedade. A autora também destaca a importância sociocultural da produção “pro gasto” pela sociabilidade promovida, que beneficia a coesão da estrutura social e a identidade dos agricultores, a legitimação e o reconhecimento. Haverroth (2012) também observou a partir da produção para o autoconsumo, diversas manifestações de reciprocidade, como a troca de produtos, sementes e serviço entre os vizinhos.

Ao analisar o papel desempenhado pelas mulheres agricultoras na segurança alimentar de 18 famílias rurais numa comunidade rural do município de Encantado (RS), Zanetti e Menasche (2007) constataram que nenhuma das agricultoras entrevistadas faziam uso de agrotóxico na produção de alimentos para o autoconsumo. Observaram também a grande variedade e quantidade de alimentos produzidos ao longo das diferentes estações do ano. E verificaram que na maior parte das famílias estudadas as refeições são preparadas predominantemente a partir dos alimentos produzidos na propriedade ou obtidos na troca com vizinhos. Constataram também que a produção de alimentos para o autoconsumo está enraizada na história das famílias e da comunidade, garantindo a diversidade, a qualidade e a disponibilidade durante o ano todo.

Zanetti e Menasche (2007) observaram também que, embora nem sempre as atividades realizadas pelas mulheres sejam consideradas trabalho, são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos por suas respectivas famílias. Constatam que a segurança alimentar das famílias rurais é, em grande medida, garantida pelo trabalho das mulheres, tanto na produção de alimentos voltada ao autoconsumo, como no preparo das refeições. Constataram também que, nas famílias estudadas, quando há a presença de mulheres de mais idade a diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo é maior do que nas famílias nas quais há apenas

mulheres mais jovens, o que poderia indicar, segundo as autoras, que provavelmente as mulheres mais jovens vêm se dedicando menos ao autoconsumo que as gerações anteriores.

No que se refere a produção para autoconsumo na região Oeste Catarinense, Dorigon, Renk e Silva (2012), ao analisar a produção e processamento artesanal de alimentos pelos agricultores familiares, denominados de produtos coloniais, destacam que ao longo da experiência percorrida pelos imigrantes e seus descendentes, as práticas e disposições coletivas dessas famílias de agricultores, acumuladas na interface entre as gerações, consagraram o patrimônio alimentar no *habitus* do grupo (BOURDIEU, 1972). Embora produtos coloniais e produção para autoconsumo não sejam exatamente sinônimos, há entre esses dois conceitos importantes interfaces. Isso porque, originalmente, embora os produtos coloniais fossem produzidos para o autoconsumo, a eventual venda de excedente sempre esteve presente, assim como ocorre na produção para autoconsumo.

3 Materiais e Método

Esse estudo se caracteriza como qualitativo, com análise de dados quantitativos. Em relação às técnicas, fontes e análise dos dados destacam-se: - entrevistas semiestruturadas realizadas em unidades familiares rurais do município de Guatambu/SC resultantes de projeto vinculado a Grupo de pesquisa e diálogo com dados quantitativos do Projeto “Caracterização da produção de alimentos para autoconsumo na região Oeste Catarinense”,² coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) em parceria com a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).³

A pesquisa de cunho quantitativo, coordenada pela Epagri e em parceria com a Unochapecó teve por objetivo geral caracterizar a produção de alimentos para o autoconsumo nas unidades familiares da região Oeste de Santa Catarina e atualmente encontra-se em fase de análise de dados. Este projeto de pesquisa abrange 112 municípios, onde foram aplicados questionários junto a 381 famílias de agricultores localizadas em oito regionais da Epagri. As 381 famílias entrevistadas foram sorteadas a partir do banco de dados do Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica (SEATER), cujo número do universo é

² Esta pesquisa faz parte de Termo de cooperação técnica n. 202/2018 celebrado entre Epagri e Unochapecó.

³ Para este artigo tomaremos como base duas publicações já resultantes de análise de dados do projeto em questão: DORIGON, C; NESI, C.N; TONEZER, C; HAAG, A.L (2018) e NESI, C. N; DORIGON, C; BADALOTTI, R.M; PIEREZAN, S. (2019).

de 128.900 famílias. Para este estudo foi delimitada uma amostra aleatória estratificada proporcional, em que os estratos são os municípios e a subamostra (n) é proporcional ao número de famílias atendidas no município (tamanho do estrato). Assim, os parâmetros estimados terão confiança de 95% e erro amostral de 5%.

As questões de cunho quantitativo abordadas no questionário foram: caracterização dos membros da família; membros da família que são independentes financeiramente e que residem fora da propriedade, mas que buscam/recebem regularmente alimentos; avaliação de quanto gastariam (por mês) em R\$ se fossem comprar os produtos (total dos produtos); sucessão para a propriedade; estrutura fundiária; principais atividades da propriedade em percentual da renda líquida; principal responsável pela produção para autoconsumo; principais produtos/variedades que produz e o que parou de produzir (horta; frutas; grãos; plantas medicinais, aromáticas e condimentares; produção de origem animal; produtos beneficiados); quanto seria gasto (por mês) em R\$ se fossem comprar os produtos (para cada tipo de produto).

A outra fonte de dados de natureza qualitativa utilizada na análise refere-se a projeto intitulado “A produção de alimentos para autoconsumo na região de Chapecó” que teve como objetivo analisar o significado da produção de alimentos para o autoconsumo em unidades familiares da região de Chapecó.⁴ Neste projeto foram aplicadas entrevistas abertas em duas unidades de produção no município de Guatambu localizado na Microrregião de Chapecó.

O roteiro de entrevista aplicado abordou questões relacionadas às seguintes dimensões: dados de caracterização do (a) entrevistado (a); configuração e perfil familiar; Identificação dos responsáveis e tempo dedicado à produção de autoconsumo; dependentes dos alimentos produzidos; alimentos da produção para o autoconsumo que também são comercializados; diferenças entre os alimentos adquiridos nos mercados e aqueles produzidos para consumo próprio; por que continuar produzindo se é possível comprar em mercados; trocas de produtos para o autoconsumo com parentes ou vizinhos; importância da produção para o autoconsumo para a agricultura familiar da região.

A análise apresenta, portanto, aproximações entre dados quantitativos do Projeto “Caracterização da produção de alimentos para autoconsumo na região Oeste Catarinense”, parte deles já analisados e publicizados em eventos; e dados qualitativos obtidos em entrevistas realizadas com agricultores familiares no município de Guatambu no âmbito de pesquisa

⁴ A presente pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento Rural encerrou em julho de 2019 e contou com apoio de recursos e bolsista de Iniciação Científica junto ao Edital 035/Reitoria/2018 da UnoChapecó.

vinculada a Grupo de pesquisa, cujo objetivo foi analisar o significado da produção de alimentos para o autoconsumo em unidades familiares da região de Chapecó.⁵

No que se refere ao universo das pesquisas em foco, as unidades de produção investigadas situam-se na Mesorregião Oeste Catarinense. Para esta análise serão considerados os aspectos identificados sobre a produção de alimentos para o autoconsumo para a Mesorregião, com destaque para a Microrregião de Chapecó, onde se tomará como caso unidades do município de Guatambu.

3.1 Caracterização da Mesorregião Oeste Catarinense e da Microrregião de Chapecó

Geograficamente, denomina-se de Mesorregião Oeste Catarinense o território que se localiza no Oeste do Estado de Santa Catarina e que se limita: ao Sul, com o Estado do Rio Grande do Sul; ao Norte, com o Estado do Paraná; a Oeste, com a República Argentina e, ao Leste, com o Planalto Catarinense. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina essa região de Mesorregião Oeste Catarinense, que é composta pelas microrregiões Colonial e Oeste Catarinense. Essa Mesorregião possui uma dimensão de 27.365 km² e conta com aproximadamente 1 milhão e 200 mil habitantes.

Esta Mesorregião é formada por 118 municípios, 40% do número de municípios e aproximadamente 20% da população total do estado e 34% da população rural de Santa Catarina. Destes 34%, Pouco mais de 28% da população reside no meio rural, percentual muito acima das demais regiões e do estado. (IBGE, 2010). A Mesorregião Oeste Catarinense está constituída por cinco Microrregiões, a saber: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia. (IBGE, 2019). A Microrregião de Chapecó abrange 38 municípios distribuídos em uma área de 6 046 km² com densidade populacional de 67,0 hab./km² (IBGE, 2019).

Na análise que segue, utilizaremos como referência os dados gerais de pesquisa realizada em oito regionais da Epagri (121 municípios), situando a regional de Chapecó que é constituída por 15 municípios dentre os 38 da Microrregião citada. Esta delimitação nos interessa, pois buscaremos dialogar sobre aspectos comuns acerca da produção de alimentos para o autoconsumo relacionados aos dados gerais obtidos em pesquisa realizada em 121 municípios,

⁵ As unidades visitadas no município foram delimitadas a partir da mesma amostra sorteada para a pesquisa quantitativa no Sistema Epagri de Assistência Técnica e Extensão Rural e Difusão Tecnológica (SEATER).

bem como aos obtidos nos 15 municípios da regional de Chapecó e mais particularmente aqueles obtidos através de entrevistas no município de Guatambu.

O município de Guatambu de acordo com o Censo do IBGE de 2010 apresentava uma população de 4 679 pessoas e para o Censo de 2019 uma população estimada de 4 704 pessoas. Apresenta uma área de 205.58 Km² localizada nos limites dos municípios de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Rio dos Índios. Guatambu se situa a 17 km a Sul-Oeste de Chapecó a maior cidade nos arredores. A Figura 1 apresenta o município de Guatambu localizado na Microrregião de Chapecó.

Dados referentes ao município podem ser encontrados em seu informativo oficial portal da transparência Município de Guatambu, (<https://www.guatambu.sc.gov.br/>). Seus indicadores econômicos de acordo com dados do IBGE são PIB per capita R\$ 50.990,53 mil (2016), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M (2010) 0,717 e PIB R\$ 145.911,066 mil.

Figura 1: Município de Guatambu localizado na Microrregião de Chapecó.



Fonte: Wikiwand, 2019.

O histórico do município remonta à colonização europeia. Guatambu é um município pequeno que teve seu início de colonização por volta do ano de 1910 (segundo um registro do cartório de imóveis de Chapecó, instalou-se uma serraria no Porto Chalana). Contudo, depoimentos orais comprovam a existência da comunidade desde o final do século XIX.

A comunidade se desenvolveu em “terras devolutas” ocupadas, ou seja, por meio de pequenas famílias de agricultores que executavam a extração de madeira, mas que não possuíam a posse legal da terra. Algumas companhias madeireiras investiram na extração e corte de

madeira na época, no caso específico de Guatambu a Companhia Colonizadora Isaac Pan & Vargas foi a responsável pela divulgação de venda destas terras aos imigrantes italianos e alemães vindos principalmente do Rio Grande do Sul.

O Rio Uruguai sempre foi o principal condutor de comércio, sendo o responsável pelo intenso tráfego de balsas nos anos 40, 50 e 60. Profissão esta que ajudou a região a se desenvolver com o escoamento de madeiras, dentre elas as espécies de Pau Marfim e Guatambu para a Argentina. Foi devido a essa atividade econômica que, Lauro Müller passa a ser chamado de Guatambu em 1938, e é elevado à categoria de distrito, pertencente a Chapecó. Nos anos 90 intensificou-se o movimento pró-emancipação e em 1991 (Decreto nº 8482 de 12/12/1991) após plebiscito, é criado o Município de Guatambu, desmembrado de Chapecó, com uma área de 205.58 km².

A base econômica de Guatambu está alicerçada no cultivo de milho e feijão e na criação de frangos e perus. Uma importante característica do município é a variedade de sua fauna preservada. Nas matas locais, apesar da devastação, ainda é possível encontrar a canela, o cedro, a palmeira, o ipê, a cabriúva, o louro e o guatambu. Paralelamente à agricultura desenvolvem-se os alambiques, que produzem cachaça de boa qualidade, embora artesanal e para consumo local (IBGE, 2019).

4 Características básicas da estrutura socioeconômica da região Oeste Catarinense

As características básicas da estrutura socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina, historicamente, estão pautadas no processo de colonização, que se estabeleceu a partir do regime da pequena propriedade agrícola familiar, voltada para a prática da policultura.

Nessas pequenas propriedades predominava a policultura e uma pequena criação de animais que, em geral, abrangia aves, porcos, alguns bovinos e cavalos para puxar arado e carroça. Tudo girava em torno da ideia de que o colono devia ser autossuficiente, vendendo os excedentes e produzindo alguns gêneros em quantidade maior a fim de destiná-los ao mercado interno (PETRONE, 1982, p. 60-61).

Na região Oeste de Santa Catarina, desde o processo de colonização que iniciou na primeira década do século XX até a década de 1940, a produção estava voltada basicamente a subsistência familiar. Com a instalação dos primeiros frigoríficos e a crescente urbanização, o excedente foi gradativamente voltando-se ao mercado consumidor. A criação de suínos fazia parte dos conhecimentos tradicionais dos imigrantes e seus descendentes. Deste tipo de criação,

resultavam os derivados, dentre os quais, linguiça, ‘queijo de porco’, torresmo, etc... Tais produtos faziam e fazem parte da dieta das famílias camponesas, entretanto, conforme ressaltado anteriormente, tais práticas tradicionais se transformaram em função do processo de modernização da agricultura, em especial devido à verticalização da produção de suínos e aves em forma de “integração agroindustrial” instalada na região a partir da década de 1940. (MIOR, 2005)

Segundo Marchesan e Badalotti (2015, p. 222), esta dinâmica da estrutura socioeconômica da região corresponde a um modelo de desenvolvimento capitalista em curso, em que “a agricultura passou a sofrer rápidas transformações políticas e econômicas que resultaram na sua modernização”. Esse processo transforma uma tradição histórica de produção, incorporando uma nova lógica: a produtividade.

Esse novo imperativo da forma de produzir só pode ser viabilizado, sustentando-se no tripé recursos naturais disponíveis, trabalho e tecnologia. O capital e suas novas relações com os setores agrícolas utilizaram-se dos recursos naturais existentes e da moral do trabalho incorporada na ética dos colonos, que, associados à tecnologia, resultaram na alta produtividade, tão necessária à lógica capitalista (MARCHESAN e BADALOTTI, 2015, p. 222).

A partir de 1940 constituíram-se grandes complexos agroindustriais no Oeste Catarinense, entre eles, a Seara, a Sadia e a Perdigão (*BRF Brasil Foods*), além da Cooperativa Aurora. A viabilidade desses complexos se deu mediante a implantação de sistemas de integração agroindustrial. Segundo Mior (2005), a região agrega o maior complexo agroindustrial de carne suína e de aves do Brasil e América Latina, sendo pioneira no estabelecimento de um sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar.

O sistema de integração é a forma como se estabeleceram e se estabelecem as relações comerciais entre as agroindústrias e os agricultores. “As agroindústrias fornecem os insumos e a assistência técnica aos agricultores e estes, em contrapartida, disponibilizam as instalações, recursos naturais, principalmente água e mão de obra”. Neste processo de relação comercial, os agricultores produzem a matéria-prima para as indústrias de transformação de alimentos que “remuneram os produtores de acordo com interesses industriais e valores do mercado”. (MARCHESAN e BADALOTTI, 2015, p. 232).

Desta forma, através de um processo verticalizado, a população rural do território do Oeste Catarinense foi orientada e/ou encaminhada a integrar-se aos complexos agroindustriais regionais e produzir produtos (suínos, aves, bovinocultura de leite, fumo, entre outros) de forma homogeneizada. Evidentemente, as agroindústrias utilizaram-se de muitas estratégias para

manter as relações via projetos de integração agroindustrial.

Como resultado, ao longo do tempo, constituiu-se toda uma estrutura produtiva na forma de monocultora, com alta dependência do setor agroindustrial. Com isso, historicamente, esse território passou a depender quase que exclusivamente da matriz produtiva da agropecuária. Esse modelo produtivo, até os anos 80, definiu uma forma de gestão do território associada à forte influência dos interesses dos setores agroindustriais, vinculados à ampliação da produção, número de produtores e política de crédito via lógica produtivista, que caracterizou um padrão homogêneo de desenvolvimento rural e regional (MIOR, 2005).

A partir desta lógica, a região Oeste Catarinense passa a ser conhecida nacionalmente como produtora de alimentos, principalmente no que se refere a “presença de grandes empresas agroalimentares processadoras de derivados de carnes de aves e de suínos, *players* globais na produção de proteína animal, atualmente presentes nos grandes mercados globais”. (DORIGON; NESI, TONEZER, HAAG, 2018, p.1)

Considerando as características básicas da dinâmica socioeconômica hegemônica descrita, pesquisas realizadas na região (DORIGON, 2008; DORIGON, RENK; 2011; DORIGON et al., 2015) têm constatado que as transformações recentes no meio rural têm reduzido a produção para o autoconsumo. Dentre as causas dessas mudanças destacam-se a redução do tamanho das famílias; o envelhecimento da população rural, consequência do êxodo rural dos jovens; o aumento de escalas na produção de *commodities*, que resulta em falta de tempo para outras atividades produtivas e; a renda da aposentadoria rural, que permite a aquisição de alimentos anteriormente produzidos nos próprios estabelecimentos. Os estudos afirmam também, que naqueles estabelecimentos rurais com avicultura industrial, há a restrição na produção de aves caipiras, devido a alegação de problemas sanitários.

Por outro lado, estudos tem evidenciado que em contextos sociais e em distintas dinâmicas da agricultura familiar a produção para o autoconsumo “é *tradição* recontextualizada que exerce vários papéis junto aos agricultores familiares e no mundo rural contemporâneo” (GRISA, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2010, p. 65)

4.1 Caracterizando o universo investigado

No que se refere ao universo da região Oeste Catarinense, mais recentemente pesquisadores têm colaborado em pesquisas que visam caracterizar e compreender sobre a importância da produção para o autoconsumo (DORIGON, NESI, TONEZER e HAAG, 2018; NESI,

DORIGON, BADALOTTI, PIEREZAN, 2019). As produções citadas serão consideradas nesta análise também como dados primários, já que resultaram de pesquisas realizadas pelos autores deste texto.

Do total de 381 questionários aplicados, 153 (40,16%) dos respondentes foram mulheres e 228 (59,83%) homens. É preciso ressaltar que a definição de quem seria o respondente ficou a cargo da família de agricultores, em geral, o responsável pelo estabelecimento ou pelo casal de agricultores. A idade média das mulheres respondentes é de 52,6 anos e dos homens 52,4 anos.

Em relação ao nível de escolarização, apenas uma mulher se declarou analfabeta, e entre os homens foram 7. O ensino fundamental incompleto é o nível de escolarização predominante entre os respondentes, sendo 61,44 % entre as mulheres e 64,47% entre os homens. Quanto à conclusão do ensino fundamental identificou-se que para as mulheres apenas 14,38 % concluíram e 13,16 % dos homens declararam ter concluído. Aproximadamente 13% das mulheres e dos homens declararam terem concluído o ensino médio. No que se refere ao ensino superior somente 4,58% das mulheres respondentes e 2,19% dos homens declaram ter ensino superior. (NESI, DORIGON, BADALOTTI, PIEREZAN, 2019, p.5)

Em relação às principais atividades formadoras de renda, 55,12% das unidades possuem a bovinocultura de leite como principal atividade, número muito próximo a segunda fonte principal de renda, a aposentadoria (54,07%), seguida da bovinocultura de corte (27,03%) e da produção de milho (26,25%), de atividade assalariada (18,11%), da produção de soja (15,75%), da suinocultura (12,07%) e da avicultura (9,45%). Estes números chamam a atenção para a importância da atividade leiteira e da renda advinda da aposentadoria e a baixa contribuição da suinocultura e avicultura para a formação da renda das unidades investigadas. (NESI, DORIGON, BADALOTTI, PIEREZAN, 2019, p.6)

4.2 A importância socioeconômica da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste Catarinense

Diferentes estudos têm demonstrado que o significado da produção de alimentos para o autoconsumo se revela inicialmente pela relevância acadêmica com a emergência da noção de segurança alimentar e nutricional e sua relação com o autoconsumo, (MALUF, 2001; MALUF, REZENDE, 2004 E 2006; GAZOLLA, 2004; GAZOLLA, SCHNEIDER, 2005; GRISA, 2007; MENASCHE, 2007; ZANETTI, MENASCHE, 2007; GRISA, SCHNEIDER & CONTERATO, 2013). Questões de gênero (ZANETTI, MENASCHE, 2007) e de sustentabilidade (MENASCHE ET AL. 2007; HAVERROTH, 2012)

também contribuem para que autoconsumo desperte interesse acadêmico. Estes aspectos não se revelaram diferentes no âmbito das pesquisas analisadas objetos e que constituem objeto do presente artigo.

Para este estudo a produção de alimentos para o autoconsumo se caracteriza como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta, incluindo-se também a produção de plantas medicinais (NESI, DORIGON, BADALOTTI, PIEREZAN, 2019, p. 4-5). Autores como Grisa, Gazolla e Schneider (2010) definem o autoconsumo como sendo a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, como o cultivo de alimentos (horta, pomar, criação de animais, etc.) e dos animais presentes no estabelecimento, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o processo produtivo (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010, p. 66).

Em relação ao Oeste de Santa Catarina a importância socioeconômica do autoconsumo continua sendo uma estratégia recorrente de autonomia para as unidades familiares investigadas, pois permite aos agricultores um protagonismo na manipulação de recursos de forma autocontrolada em relação à existência de ambientes “que ameaçam ou restringem sua reprodução” (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010, p. 66-7).

Nesta direção identificou-se que 100% das unidades investigadas apresentam produção para o autoconsumo. Esta estratégia está relacionada ao importante papel da organização familiar constituída pelo núcleo familiar, mas principalmente acionada por alguns membros da unidade, a exemplo dos casais de meia idade e idosos que foram identificados como os principais responsáveis pela produção de alimentos para o autoconsumo.

Embora a dinâmica da agricultura familiar na região Oeste Catarinense apresente diminuição na composição e ciclo demográfico da família, considerando o êxodo dos jovens e envelhecimento do campo, maioria dos núcleos familiares na região ainda mantém uma composição familiar tradicional constituída por casais de meia idade e os filhos, o que têm possibilitado a manutenção da quantidade e permanência da produção para o autoconsumo. Este dado reforça a análise clássica de Chayanov (1974) sobre o campesinato no que se refere aos fatores que interferem na produção para o consumo familiar.

No caso da região Oeste Catarinense, observa-se ainda um forte vínculo com a unidade familiar, não apenas como espaço de produção, mas como espaço de vida, na medida em que maioria das famílias entrevistadas reside ainda no meio rural e tem acionado um “repertório cultural” conforme Van der Ploeg (2003), baseado em uma economia moral. Um conjunto de

noções estratégicas que guiam as ações e o comportamento dos agricultores são acionadas também em unidades mais inseridas aos mercados, como é o caso da produção para o autoconsumo, que é referida como uma “herança que vem de casa”. (GRISA, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2010, p. 71)

A importância socioeconômica da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste catarinense também se revela na “economização”, principalmente no que se refere à economia de valores referentes à compra de alimentos fora da unidade, conforme Lovisolo (1989). Dados da pesquisa revelaram segundo a percepção dos agricultores, que somados os valores médios que os agricultores estimam economizar com a produção para o autoconsumo, se tivessem que comprar os alimentos, “obtem-se a cifra de R\$ 1.227,72 mensais, valor superior, portanto, a de um salário mínimo (R\$ 954,00 em valores de 2018)” (NESI, DORIGON, BADALOTTI, PIEREZAN, 2019, p.7).

No que se refere a regional da Epagri de Chapecó, constituída por 15 municípios Dorigon, Nesi, Tonezer e Haag (2018), realizaram análise de 46 questionários do total de 381 aplicados, e identificaram que os agricultores entrevistados possuem idade entre 31 e 77 anos, sendo que apenas um questionário foi respondido por jovem agricultor de 19 anos.

Outros dados identificados revelam características para compreender o rural na região, principalmente no que se refere à permanência de casais de meia idade e idosos que moram na propriedade (95,7%), 53,2% são aposentados e 87,2% informaram não ter trabalho assalariado fora da propriedade. Os autores identificaram ainda que o núcleo familiar é composto essencialmente pelo casal, filhos e netos. Os dados da regional de Chapecó reforçam um padrão também presente na microrregião Oeste Catarinense.

Ao relacionarmos estes dados às principais atividades geradoras de renda nas 381 unidades investigadas, onde se identificou que a segunda fonte principal de renda está representada pela aposentadoria (54,07%), conclui-se que existe na Mesorregião Oeste Catarinense uma disponibilidade significativa de casais idosos implicados com as atividades de produção para o autoconsumo. Por outro lado, a pouca expressividade atribuída às atividades integradas com suíno, aves e fumo na geração de renda se caracteriza como um fator relevante na organização do trabalho familiar, onde membros da família, a exemplo dos pais e avós, passam a ter maior autonomia para desenvolver atividades de produção para o autoconsumo. Estes dados revelam o que Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p.66-7) com base em reflexões de Van der Ploeg chama de “base de recursos autocontrolada” que cria e fortalece a autonomia de

camponeses e agricultores em relação a ambientes que “ameaçam ou restringem sua reprodução”.

Em relação à pesquisa qualitativa realizada no município de Guatambu, as unidades fazem parte de amostra sorteada para a pesquisa quantitativa já identificada. Para este município foram sorteadas três unidades entre 940 cadastradas no sistema, conforme critérios de amostragem já apresentados no método. Das três, foram escolhidas duas para a pesquisa qualitativa. Os entrevistados das três unidades em Guatambu possuem idade entre 61 e 69 anos, e dois deles são aposentados. Na região de Chapecó segundo Dorigon, Nesi, Tonezer e Haag (2018) a média de idade está entre 31 e 77 anos e na Macrorregião Oeste Catarinense a média é de 54 anos. Apenas em uma unidade identificou-se trabalho assalariado fora da propriedade. Das três unidades em nenhuma delas ocorreu ainda a definição de sucessor.

A pesquisa realizada nas duas unidades de produção do município de Guatambu/SC revela que a produção de alimentos para o autoconsumo está principalmente sob a responsabilidade de casais idosos. Em uma das unidades a entrevista foi cedida pelo “chefe da família”, agricultor de 69 anos. A esposa de 50 anos, embora estivesse presente durante a entrevista não participou da mesma. O agricultor respondente possui o ensino fundamental incompleto. Na propriedade residem em uma mesma residência, o casal e a filha de 27 anos que não contribui com as atividades por apresentar necessidades especiais. Na mesma área de terras, reside também o filho casado e duas filhas menores em outra residência.

Na segunda propriedade visitada, a entrevista foi cedida por agricultora de 61 anos que reside em uma habitação com o companheiro de 65 anos e na mesma área de terra adquirida a 36 anos do sogro, residem em outra casa o filho, a esposa e duas filhas menores. As filhas já casadas mudaram para o meio urbano em busca de trabalho ainda jovens (com 19 ou 20 anos). Segundo a agricultora entrevistada, “Era melhor para elas porque antes nós plantávamos fumo e não sobrava muito. Assim na cidade ficava mais fácil delas terem o próprio dinheiro”.

Estas afirmações revelam, que mesmo em situações onde ocorrem mudanças no ciclo demográfico das famílias, neste caso gerada pelo êxodo das filhas, não houve diminuição na produção para o autoconsumo, pois o casal continua sendo na composição familiar o principal responsável pela produção. Esta disponibilidade está relacionada a forma como a divisão do trabalho é organizada na unidade familiar já que o casal conta com a participação do filho adulto e esposa na realização de “outras atividades” voltadas para a comercialização.

As estratégias de produção para o autoconsumo nas unidades investigadas em Guatambu estão relacionadas à forma como a família se organiza para garantir este recurso. Mesmo a existência de alguns fatores que poderiam ser impeditivos para este tipo de produção não tem se caracterizado como entraves. A primeira questão está relacionada ao tamanho das propriedades. Nos dois casos investigados as unidades possuem entre 5 e 17 ha, dado que reitera a informação obtida para a regional de Chapecó, onde identificou-se que maioria das unidades, ou seja 72% possui área entre 1 e 20 ha: “51,1% têm entre 1 e 10 ha, 21,3% entre 11 e 20 ha e 14,9% entre 22 e 50 ha e 8,5% entre 51 e 100 há”, ou seja, a produção para o autoconsumo está presente em unidades de áreas variadas com destaque para as pequenas propriedades.

No primeiro caso investigado, o agricultor de 69 anos não é aposentado e as fontes de renda da família provêm de aposentadoria da filha de 27 anos e de trabalho assalariado. Este dado também reforça a informação obtida para a regional onde se identificou que as principais fontes de renda são provenientes da aposentadoria (68,1%) e de salário (36,2%). Atividades convencionais vinculadas a agropecuária não caracterizam as fontes de renda principais, conforme apontam os dados: “bovinocultura de leite (29,8%), bovinocultura de corte e avicultura (21,3%), suínos, milho, soja, fruticultura e fumo em menos de 15% das propriedades”. (DORIGON, NESI, TONEZER E HAAG, 2018, p.4).

A agricultura entrevistada de 61 anos e aposentada, afirmou que o filho casado e a esposa que moram na mesma propriedade se responsabilizam “por outras atividades”, “quem cuida do resto é meu filho”. As outras atividades estão relacionadas ao processamento de queijo, chimia, descascar mandioca, fazer melado. Neste caso, o que se produz para a comercialização também é consumido pelas famílias. Esta afirmação revela a forma como a família divide as atividades na propriedade, não ocorrendo uma diferenciação entre o que se consome e o que se comercializa no mercado público, na feira e nos “mercadinhos”, a exemplo da batata-doce, mandioca, amendoim, pipoca, milho verde, feijão. Segundo a entrevistada, “quase tudo que se come também se vende”.

No que se refere à questão de gênero e geracional a produção para o autoconsumo na regional de Chapecó “está sob responsabilidade do casal (34,8%), da esposa (32,6%), do esposo (10,9%). Há também a participação de toda a família, de avós, filhos e cunhados em 11,7% das propriedades”. (DORIGON, NESI, TONEZER E HAAG, 2018, p.5). Se formos considerar a participação das mulheres nesta produção considerando todos os percentuais, é possível inferir que mulheres de meia idade e idosas representam mais de 50% das responsáveis.

Zanetti e Menasche (2007) observaram que, embora nem sempre as atividades realizadas pelas mulheres sejam consideradas trabalho, são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos por suas respectivas famílias. Constatam que a segurança alimentar das famílias rurais é, em grande medida, garantida pelo trabalho das mulheres, tanto na produção de alimentos voltada ao autoconsumo, como no preparo das refeições. Observaram também que, nas famílias estudadas, quando há a presença de mulheres de mais idade a diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo é maior do que nas famílias nas quais há apenas mulheres mais jovens, o que poderia indicar, segundo as autoras, que provavelmente as mulheres mais jovens vêm se dedicando menos ao autoconsumo que as gerações anteriores.

O autoconsumo está relacionado, portanto, a importância que este tipo de produção possui para o *ethos* cultural e reprodução social da agricultura familiar no que se refere a segurança alimentar, gênero e biodiversidade doméstica. Segundo Maluf e Menezes (2004), três princípios fundamentais norteiam a segurança alimentar, quais sejam, a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de componentes químicos que possam lesar a saúde orgânica; os hábitos e cultura alimentar específicos de cada comunidade, de cada grupo social e; a sustentabilidade do sistema agroalimentar.

A sustentabilidade do sistema para o autoconsumo se caracteriza pela diversidade de alimentos de origem animal e vegetal, ervas medicinais entre outros itens como frutas, chimias, compotas, entre outros. Esta diversidade foi relatada pelo casal de agricultores entrevistados ao listarem os seguintes produtos: “feijão, amendoim, mandioca, cebolinha, alface, manjerona, radicci, rúcula, salsinha, moranga, abóbora, vagem, pimentão, pepino, brócolis, chuchu, tomate..[...] a couve é difícil porque tem que usar veneno e eu não gosto de usar veneno. De frutas tem poncã, laranja grande, morgota, limão, banana, jabuticaba”.

Em relação à diversidade de produtos agricultora entrevistada afirma “A gente procura cada vez ter mais variedades. Antes não tinha tantas variedades. Quando era criança eu não conhecia a ervilha, hoje faz anos que produzo. A fava também. Hoje a gente planta e cultiva. Batatinha também”.

Dorigon, Nesi, Tonezer e Haag (2018), identificaram que a produção de hortaliças e frutas está presente em quase 100% das 46 unidades investigadas na região de Chapecó. Em relação à produção de grãos destaca-se que 97% dos agricultores produzem feijão e milho (75%). Para os autores, “o feijão para o autoconsumo estava deixando de ser produzido pelos agricultores, tendência que parece que estar em reversão. Fato que não ocorre com o arroz, por exemplo,

cultura até poucos anos presente na maioria dos estabelecimentos rurais” (p. 6).

Nas duas propriedades visitadas o feijão é um item comercializado, porém em pequena escala. Em um dos casos, este produto é vendido em ciclos curtos, como para os vizinhos conforme afirma agricultor entrevistado quando questionado sobre a comercialização de produtos para o autoconsumo: “Pouca coisa, um pouco de feijão, acho que não compensa vender porque sobra pouco. Então a gente dá mais. [...] O feijão e o leitão, vendo para os vizinhos, pessoas de perto”. Em relação a produção de arroz o entrevistado afirma “Se produzia mais, hoje nós largamos mão de plantar arroz, hoje não adianta planta tipo melancia que dava bastante, mas agora rouba e cortam teus pé daí foi largado mão”.

Quando se trata dos beneficiados pela produção, a transferência ou doação se estende para todo o núcleo, incluindo não somente os residentes de uma habitação, mas também os filhos casados que residem na mesma área de terra, em outras unidades do meio rural, filhos casados e solteiros que residem no meio urbano, parentes e vizinhos.

Nesi, Dorigon, Badalotti, Pierezan (2019, p. 12-13) ao realizarem uma análise sobre a importância socioeconômica da transferência de alimentos da agricultura familiar para filhos que moram no meio urbano, concluíram que mais da metade (50,92%) dos estabelecimentos transferem alimentos, sendo que os valores transferidos são: R\$ R\$ 204,40 quando os alimentos são transferidos para apenas uma pessoa, R\$ 387,79 quando as transferências são para duas pessoas e R\$ 310,89 quando as transferências são para três pessoas ou mais, correspondendo a valores médios de R\$ 279,67 mensais, equivalentes a 30% do valor do salário mínimo vigente em 2018.

5 Considerações finais

A importância socioeconômica do autoconsumo continua sendo uma estratégia recorrente de autonomia para as unidades familiares investigadas na região Oeste catarinense, pois permite aos agricultores um protagonismo na manipulação de recursos de forma autocontrolada. A relevância que este tipo de produção possui para o *ethos* cultural e reprodução social da agricultura familiar se revela em dados e informações relacionados à segurança alimentar, gênero e biodiversidade doméstica.

Para este estudo a produção de alimentos para o autoconsumo se caracteriza como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta, incluindo-se também a produção de plantas medicinais. Segundo a percepção dos

agricultores, somados os valores médios que estimam economizar com a produção para o autoconsumo, se tivessem que comprar os alimentos, obteve-se o valor de R\$ 1.227,72 mensais.

Os dados evidenciam que 100% das unidades investigadas apresentam produção para o autoconsumo. Esta estratégia está relacionada ao importante papel da organização familiar constituída pelo núcleo familiar, mas principalmente acionada por alguns membros da unidade, a exemplo dos casais de meia idade e idosos que foram identificados como os principais responsáveis pela produção de alimentos para o autoconsumo.

Embora a dinâmica da agricultura familiar na região Oeste Catarinense apresente diminuição na composição e ciclo demográfico da família, considerando o êxodo dos jovens e envelhecimento do campo, maioria dos núcleos familiares na região ainda mantém uma composição familiar tradicional constituída por casais de meia idade e os filhos, o que têm possibilitado a manutenção da quantidade e permanência da produção para o autoconsumo.

Os dados das principais atividades geradoras de renda revelam que a segunda fonte principal de renda está representada pela aposentadoria. Conclui-se que existe na Mesorregião Oeste Catarinense uma disponibilidade significativa de casais de meia idade e idosos implicados com as atividades de produção para o autoconsumo. Por outro lado, a pouca expressividade atribuída às atividades integradas com suíno, aves e fumo na geração de renda se caracteriza como um fator relevante na organização do trabalho familiar, onde membros da família, a exemplo dos pais e avós, passam a ter maior autonomia para desenvolver estas atividades.

No caso do município de Guatambu, os responsáveis são casais que possuem entre 61 e 69 anos, ou seja, a idade média se aproxima dos dados identificados para a região. As unidades não possuem vínculo com atividades de integração, caracterizando maior autonomia e tempo a produção para o autoconsumo. A sustentabilidade do sistema para o autoconsumo se caracteriza pela diversidade de alimentos de origem animal e vegetal, ervas medicinais entre outros itens como frutas, chimias, compotas. Não ocorre diferenciação entre o que se consome e o que se comercializa em cadeias curtas, a exemplo, da batata-doce, mandioca, amendoim, pipoca, milho verde, feijão.

A transferência ou doação de alimentos se estende para os filhos casados que residem na mesma área de terra dos pais, em outras unidades do meio rural, filhos casados e solteiros que residem no meio urbano, parentes e vizinhos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique; précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Seuil, 1972.
- CHAYANOV, Alexander. *La organizacion de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.
- DIGARD, J-P. A biodiversidade doméstica. Porto Alegre: *Anuário Antropológico*, II, 2012. p. 205-223.
- DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008, 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: *Revista de Economia Agrícola*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. p. 101-113.
- DORIGON, C.; RENK, A; SILVA, C. A. *Produtos coloniais como narrativas de comida e migração no oeste catarinense*. In: *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2012, São Paulo. Desafios Antropológicos Contemporâneos. São Paulo: ABA, 2012. p. 1-21
- DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A.; SAVIO, J. *Produtos coloniais: tradição e mudança*. Chapecó: Argos, 2015. 432 p.
- DORIGON, C.; RENK, A. *Juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do oeste catarinense*. In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015, Porto Alegre. *Anais... XVII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Porto Alegre: SBS, 2015. p. 1-20.
- DORIGON, C; NESI, C. N; TONEZER, C; HAAG, A. L; *Agricultura familiar e produção de alimentos para o autoconsumo na região de Chapecó – Santa Catarina, Brasil*. *Anais. Trid Internacional Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society*. Porto Alegre: UFRGS, 17 a 21 de setembro 2018.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, v. 16, n. 31, julho-diciembre 2010. P. 65-69
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil. *Relatório de Pesquisa*. Brasília: 2013. 42 p.
- GUATAMBU. *Estado de Santa Catarina*. Disponível em: <<https://www.guatambu.sc.gov.br/>>
- HAVERROTH, Célio. *Extensão Rural Pública: métodos, possibilidades e limites para a transição agroecológica no Oeste de Santa Catarina*. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.
- IBGE, *Município de Guatambu*, Santa Catarina. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guatambu/panorama>>

IBGE, *Município de Guatambu*, Santa Catarina. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guatambu/historico>>

MALUF, R. S. et. al. *Cadernos de segurança alimentar*. 2001. Disponível em: http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaldeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf. Acesso em: 24 mai. 2018

MALUF, Renato S.. Mercados agroalimentares e a *agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARCHESAN, J. ; BADALOTTI, R. M. *Formação histórica, territorial e econômica da Mesorregião Oeste Catarinense: limites e possibilidades de constituição de Indicações Geográficas*. In: Valdir Roque Dallabrida. (Org.). *Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: reflexões sobre o tema e potencialidades no Estado de Santa Catarina*. 1ed. São Paulo: LiberArs, 2015, v. 01, p. 213-240.

MENASCHE, R. (Org.) *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. *Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação*. *Revista de Nutrição*, Campinas: 21 (suplemento) 145s-158s, jul/ago. 2008. p. 145-158.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R.. *Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo*. In: MENASCHE, R. (Org.) *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

NESI, C. N; DORIGON, C; BADALOTTI, R.M; PIEREZAN, S. *A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: Um estudo de caso do Oeste de Santa Catarina*. *Anais...IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento - IV SNPDR/ Ruralidades - Urbanidades: Potencialidades e Desafios para o Desenvolvimento*. Chapecó, 11 e 12 de abril de 2019. Disponível em: < <http://snpd.ct.utfpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/10/Cristiano-Nunes-Nesi.pdf> >

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.